LEGAL ALERT

ALTERAÇÕES FISCAIS

IMPOSTO INDUSTRIAL E RENDIMENTOS DO TRABALHO

Imposto Industrial

No contexto da Reforma Tributária e, entre outros, com o objectivo de «estimular a produtividade do Imposto Industrial sobre o PIB bem com implementar a sua competitividade no plano da fiscalidade internacional», foi publicada, no dia 20 de Julho de 2020, a **Lei n.º 26/20** que altera o **Código do Imposto Industrial**.

Sem prejuízo de uma análise mais aprofundada, que estaremos naturalmente disponíveis para fazer, caso assim o pretendam, há a destacar o seguinte:

- a) O alargamento do prazo para reportar prejuízos fiscais de três para cinco anos: os prejuízos verificados em determinado exercício, havendo-os, são deduzidos à matéria colectável de um ou mais dos 5 anos posteriores;
- b) A alteração das taxas de imposto:
 - Redução da taxa geral de imposto industrial para 25%;
 - Para rendimentos provenientes da agricultura, aquicultura, apicultura, avicultura pecuária, pesca, silvicultura aplica-se a taxa única de 10%;
 - Para os rendimentos provenientes de actividades do sector bancário e dos seguros, operadoras de telecomunicações e de empresas petrolíferas angolanas aplica-se a taxa única de 35%;

- Aumento da taxa de tributação liberatória sobre serviços prestados por entidades com sede, domicílio, estabelecimento estável ou local de direcção em Angola para 15%.

A equipa da ALC Advogados encontra-se ao vosso dispor para analisar as consequências da publicação deste diploma que entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Rendimentos do Trabalho

Foi publicada, no dia 22 de Julho de 2020, a **Lei n.º 28/20** que altera o **Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho**. São revogadas a Lei n.º 9/19, de 24 de Abril, e a Lei n.º 28/19, de 25 de Setembro, que alteram o Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho.

Estamos disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas sobre as alterações ora publicadas à tributação do trabalho em Angola que, numa alteração da maior importância, passa agora a seguir um modelo global de tributação ao considerar, como se refere no preâmbulo do diploma, «todos os rendimentos que venham a ser obtidos, pagos, distribuídos ou colocados à disposição das pessoas singulares».

A Lei n.º 28/20 entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

ALC Advogados

Esta publicação é meramente informativa, não constituindo fonte de aconselhamento jurídico nem contendo uma análise exaustiva de todos os aspetos dos regimes a que se refere. A informação nela contida reporta-se à data da sua divulgação, devendo os leitores procurar aconselhamento jurídico antes de a aplicar em questões ou operações específicas. É vedada a reprodução, divulgação ou distribuição, parcial ou integral, do conteúdo desta publicação sem consentimento prévio.